


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS-SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min
SENTENÇA

Processo Digital nº: **1000245-18.2018.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Revisão Geral Anual (Mora do Executivo - inciso X, art. 37, CF 1988)**
 Requerente: **Gidion Pedro da Silva e outro**
 Requerido: **"Fazenda Pública do Estado de São Paulo"**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Gabriela Müller Carioba Attanasio

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95 c.c. Artigo 27 da Lei nº 12.153/09.

Fundamento e Decido

Gidion Pedro da Silva e Ramon Pereira de Carvalho ajuizaram esta ação declaratória em face da **Fazenda Pública do Estado de São Paulo**, alegando que são servidores públicos estaduais e fazem jus à revisão geral anual de proventos nos termos do inciso X da artigo 37 da Constituição Federal. Requer, então, seja a ré condenada a indenizá-los pelos prejuízos causados pela omissão legislativa do Chefe do Poder Executivo.

É o relatório.

Fundamento e decido.

Inicialmente, não há se falar em suspensão do feito por conta do decidido no Recurso Extraordinário n. 905357/RR, Tema de Repercussão Geral n. 864, já que a matéria lá discutida é completamente diversa da que é objeto desta ação.

Afasto a preliminar de incompetência deste Juizado suscitada pela Fazenda do Estado, tendo em vista que a questão versada nestes autos não possui natureza previdenciária e tampouco se subsume a nenhuma das vedações constantes do art.2º, § 1º, da Lei n. 12.153/09. Ademais, não há necessidade de realização de perícia complexa para apuração do “quantum debeatur”, o qual pode ser apurado em liquidação de sentença, por meio de simples cálculo aritmético, não havendo que se falar em maior complexidade da causa.

No mérito, o pedido não comporta acolhida.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS-SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Pretende a parte autora o recebimento de indenização relativa à falta de recomposição salarial prevista no artigo 37, X, da Constituição Federal.

O artigo 37, inciso X, da Constituição Federal prevê a necessidade de lei, de iniciativa privativa, para a revisão anual dos vencimentos dos servidores públicos, nos seguintes termos:

"Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998):

(...)

X - a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do Art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices".

Já a Lei Complementar Estadual n.º 12.391/2006 prevê em seu artigo 1º que:

"Artigo 1º - É fixada em 1º de março de cada ano a data para fins de revisão da remuneração dos servidores públicos da administração direta e das autarquias do Estado, bem como dos Militares do Estado, nos termos do artigo 37, inciso X, da Constituição Federal".

Pela leitura dos dispositivos legais retro mencionados, conclui-se que a remuneração dos servidores públicos somente poderá ser fixada ou alterada por lei específica, observada a iniciativa privativa, ficando assegurada a revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices.

No caso, a lei exigida é de iniciativa exclusiva do Chefe do Executivo, de modo que não pode o Poder Judiciário substituí-lo, determinando a revisão anual dos vencimentos da parte autora, sob pena de ofensa à regra constitucional retro referida, assim como ao princípio da separação dos poderes (art. 2º da CF).

Com efeito, por mais que haja dispositivo constitucional versando sobre o tema, trata-se de norma de eficácia limitada, de modo que sua aplicação depende da intermediação do legislador.

A questão foi objeto da Súmula nº 339 do E. Supremo Tribunal Federal:

"Não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS-SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia”.

Entender de forma diversa, inclusive no que concerne à eleição aleatória pelo julgador de determinado índice para correção salarial do funcionalismo, implicaria invasão indevida do Poder Judiciário em atribuição própria do Poder Executivo, ao qual cabe, juntamente com o Legislativo, definir a política remuneratória dos servidores, observando a disponibilidade orçamentária existente para tanto.

Nesse sentido é o entendimento do Supremo Tribunal Federal. (cf. AgR no AI nº 713975, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, Primeira Turma, j. 15.9.2009, v.u.; RE 424584/MG, Rel. para o acórdão Min. Joaquim Barbosa, Segunda Turma, j. 17.11.2009).

Como se vê, o reajuste geral e periódico depende de lei específica, sendo vedado ao Poder Judiciário conceder provimento que acarrete a majoração do vencimento padrão de servidores públicos sem que exista lei nesse sentido, bem como reconhecer o direito à indenização em razão da omissão do Estado.

Sobre o tema já se manifestou o Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo:

SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS - Ativos – Revisão geral anual de vencimentos – Artigo 37, inciso X, da Constituição Federal – Não compete ao Poder Judiciário deferir pedido de indenização no tocante à revisão geral anual de servidores, por ser atribuição privativa do Poder Executivo a iniciativa de lei que trate da matéria – Precedentes do Colendo Supremo Tribunal Federal, desta Câmara e Corte – Sentença mantida – Honorários recursais ora fixados, ressalvada a gratuidade concedida – Prequestionamento anotado - Recurso não provido.(TJSP; Apelação 1032099-51.2017.8.26.0053; Relator (a): Rebouças de Carvalho; Órgão Julgador: 9ª Câmara de Direito Público; Foro Central - Fazenda Pública/Acidentes - 14ª Vara de Fazenda Pública; Data do Julgamento:02/02/2018; Data de Registro: 02/02/2018).

SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS – Reposição de vencimentos – Revisão Geral Anual – Indenização – Inadmissibilidade – Ausência de lei reguladora – Incompetência do Judiciário para criar parâmetros não estabelecidos por lei, compreendendo invasão de esfera de competência de outros Poderes – Ação julgada improcedente na 1ª instância – Sentença mantida – Recurso não provido.(TJSP; Apelação 1001668-68.2016.8.26.0053; Relator (a): Leme de Campos; Órgão Julgador: 6ª Câmara de



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS-SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Direito Público; Foro Central - Fazenda Pública/Acidentes - 7ª Vara de Fazenda Pública;

Data do Julgamento: 11/12/2017; Data de Registro: 14/12/2017).

Assim, a improcedência do pedido é medida que se impõe.

Ante o exposto, julgo o processo com resolução do mérito e **IMPROCEDENTE** o pedido, nos termos do art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil.

Custas e honorários indevidos na forma dos artigos 27 da Lei nº 12.153/09 e 55 da Lei nº 9.099/95.

P. I.

São Carlos, 15 de fevereiro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**